

MARÇO
2021

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR

2020





ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocatória

Em obediência ao disposto no artigo 22º, alínea b) n.º 2, dos Estatutos, convoco o Irmão para uma reunião ordinária da Assembleia Geral, no dia 28 de Maio de 2021, às 19:30 horas, no **LAR NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS**, no **LARGO DO ROSSIO, 11**, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º Apresentação do Relatório e Contas da Gerência de 2020;
- 2.º Outros assuntos julgados de interesse pela Assembleia.

Se à hora marcada não estiverem a maioria dos Irmãos, a reunião iniciar-se-á às 20 horas com os Irmãos presentes.

Se algum Irmão desejar consultar qualquer documento para além dos enviados, deve dirigir-se à Secretaria dentro das horas de expediente.

Vila Flor, 13 de Maio de 2021.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL,

(Victor Manuel da Silva Costa)



CORPOS GERENTES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR PARA O QUADRIÉNIO 2021 A 2024

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Victor Manuel Silva Costa
Alexandre José Evaristo Trigo
Paulo José Gomes Monteiro Praça

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Quintino Augusto Pimentel Gonçalves
Vice - Provedor: Victor Manuel Cortinhas Sil
Secretário: Rogério de Jesus Sanches Fernandes
Tesoureiro: António Júlio Martins Lapa
Vogal: Pedro José Sampaio de Barros

Suplentes: Joaquim João Gouveia Magalhães
Antero Luís Costa Teixeira
Emílio José Meireles Almendra
Octávio António Moura
António Duarte Pinhel

CONSELHO FISCAL

Presidente: Paulo José Arantes Conceição
António Manuel Carvalho Guilheiros
Tito Lívio Teixeira Almeida

Suplentes: António Manuel da Silva Roios
Teresa da Assunção Carvalho Silva Sousa
José António Félix Mesquita



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR

20
20

// Introdução

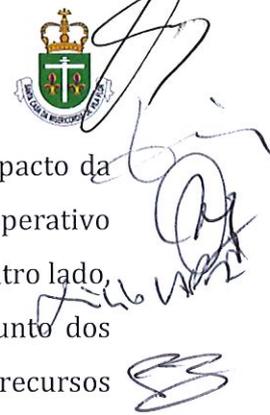
A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor no cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresenta à Assembleia Geral o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício do ano económico de 2020, para a respetiva apreciação e votação da Irmandade. Este documento tem como objetivo primordial apresentar aos Irmãos da Misericórdia de Vila Flor, a execução física e económica da Instituição no último ano, enquadrado na perspetiva de um desenvolvimento religioso e coerente ao serviço da comunidade.

Primeiramente, e antes de explanarmos de forma objetiva o ano de 2020, é imperativo referir que o último ano, apresentou-se como um espaço temporal completamente atípico que obrigou a alterações profundas diárias na organização dos recursos humanos, físicos e financeiros da nossa instituição. O acontecimento atípico, ou seja, não planeado, foi o impacto da pandemia Covid-19 que assolou o Mundo – e continua a assolar – mas também a nossa instituição. Em pleno mês de Março de 2020 fomos obrigados a interromper as visitas por parte dos familiares dos utentes, assim como procedemos a alterações profundas nos regimes laborais, ao que aos turnos dizem respeito. Foi um ano de mudança, de alteração de realidade, mas também de uma consequente adaptação e apresentação de ferramentas inovadoras e implementação de um espírito de resiliência por parte do nosso tecido colaborativo. Aos funcionários e funcionárias da Misericórdia de Vila Flor, tenho de agradecer o empenho e o profissionalismo demonstrado no combate à pandemia, assim como na gestão diária do cumprimento de tarefas inerentes à qualidade de vida dos nossos utentes.



Durante o ano de 2020, vimos que o mundo do trabalho foi completamente alterado, no entanto a Misericórdia de Vila Flor, assim como as IPSS's de todo o País, foram obrigadas a manter o serviço e de certa forma a adaptar todas as valências aos desafios da segurança e higiene provocadas pela pandemia Covid-19. Enquanto o mundo das empresas se adaptava ao teletrabalho, as estruturas residenciais, os serviços de apoio domiciliário e outras respostas sociais dirigidas a pessoas idosas, portadoras de deficiência, população sem-abrigo, entre outros, continuaram a responder, atuando por vezes em cenários de esforço de carga horária dos nossos quadros de recursos humanos.

Como referi, com a pandemia tivemos que proceder a alterações na organização interna da instituição, nomeadamente em termos de horários de turnos, procedimentos de segurança e higiene, assim como na alteração de investimentos para áreas que não estavam inicialmente previstas. Este cenário atípico provocou alterações profundas na gestão económica e social da gestão, todavia mantivemos sempre o foco nos nossos compromissos e no bem-estar dos nossos utentes e todo o tecido colaborativo. Ao longo do último ano procurámos responder a todos com qualidade e fomos além do que nos é solicitado. A título de exemplo refiro a entrega de medicamentos e bens essenciais ao domicílio e também a componente inovadora de visitas virtuais entre utentes e familiares. De reforçar que a Misericórdia de Vila Flor manteve ao longo dos 12 meses de 2020 o investimento na modernização das respostas sociais, assim como em investimento cruciais para a otimização das respostas aos nossos utentes, que vão da infância à terceira idade. Obviamente que existiu também um forte investimento em aquisição de equipamentos de proteção individual, assim como na colocação de barreiras de proteção *plexiglass* em todas as respostas, aquisição de desinfetantes, entre outros. Se já no passado, a Misericórdia recorria a constantes inovações para fazer face a todos os seus compromissos, este último foi obrigada a realizar investimentos que não terão retorno. Quero aqui mencionar, que a Misericórdia recorreu ao programa Adaptar + Social, que visa auxiliar as instituições sociais, tendo sido o valor atribuído de 8.000,00 euros (montante máximo elegível), o que se repercute num valor muito reduzido para fazer face às despesas extraordinárias provocadas pela pandemia Covid-19, que são bastante superiores. Com o reduzido apoio do Estado, a nossa Misericórdia é obrigada a implementar estratégias de gestão de tesouraria de forma a obter um resultado líquido sustentável, que não coloque a nossa instituição em desequilíbrio. Todavia, a nossa missão será sempre a de servir os nossos utentes, pois sem eles a nossa organização não faria sentido e iremos prosseguir com o cumprimento das obras da misericórdia.



Antes de terminar o assunto da pandemia Covid-19, e sendo complexo analisar o impacto da pandemia da mesma na Misericórdia de Vila Flor e restantes IPSS's em Portugal, é imperativo melhorar as condições físicas e financeiras na resposta à nova e futura realidade. Por outro lado, a informação sobre o impacto da covid-19 nas IPSS's irá permitir dar visibilidade, junto dos *stakeholders* com quem as IPSS's se relacionam e da sociedade em geral, aos recursos mobilizados e às respostas inovadoras adotadas para fazerem face às necessidades (permanentes ou novas) dos seus utentes. Após esta análise, todos os intervenientes, podem contar com a Misericórdia de Vila Flor para a construção de um futuro com medidas e soluções adequadas às necessidades reais e atuais, reconhecendo que as IPSS's e seus beneficiários, na luta da covid-19, continuarão a ser os heróis desconhecidos.

No que concerne ao último exercício do quadriénio do mandato que terminou, estarão em apreciação o Relatório referente às atividades desenvolvidas no ano de 2020 e respetivas contas, devendo, por isso, ser referido que este documento espelha o desenvolvimento da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor ao longo do referido ano civil, tendo como referencial os objetivos propostos e as atividades prescritas no respetivo Plano e os devidos constrangimentos provocados pela pandemia Covid-19.

Obviamente, que o Relatório de Contas do ano de 2020 não se preconizou na concretização absoluta de um plano de atividades (estruturado antes da pandemia), mas é possível afirmar que o mesmo assenta em critérios de restrição orçamental e de verdadeira adaptação aos desafios vigentes, num ambiente onde as instituições públicas não se empenharam de forma regular e demitiram-se de auxílios dignos. Todavia e avaliando o Relatório de Contas, e as atividades nele previstas, constata-se que o enfoque fora direcionado, como não poderia deixar de ser, para as respostas sociais em que atua, em especial ao apoio a pessoas idosas, às crianças e jovens e à saúde, assim como numa resposta célere à Covid-19, visando objetivos de sempre:

1. Adaptar a instituição aos desafios da pandemia Covid-19;
2. promover a sustentabilidade económico-financeira da Instituição ao nível da tesouraria a curto e médio-prazo;
3. sensibilizar os intervenientes para a redução e custos em diversas rubricas, promovendo assim graus de eficiência e eficácia;
4. desenvolver uma política de formação continua dos colaboradores que alimente a criatividade e a inovação;



5. compatibilizar o aumento das condições de conforto e humanismo de todos os clientes/utentes, com a racionalização de gestão de recursos;
6. apostar na qualificação gradual de infra-estruturas.

A Santa Casa da Misericórdia, fazendo jus à sua vocação secular, apoiou em 2020, através das suas respostas sociais e solidárias, as pessoas em situação mais frágil, procurando satisfazer as expectativas dos nossos utentes e respetivas famílias.

Promoveu também o desenvolvimento socioeconómico local, através da criação do emprego possível e absolutamente necessário à Instituição, com a importância que este fator releva no âmbito da economia social.

Como balanço, afirmaria que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, no ano de 2020, cumpriu os deveres que a sua matriz ideológica preconiza, designadamente o compromisso de responsabilidade, bem-estar e solidariedade para com a comunidade que serve.

Cientes de que o empreendedorismo está na base do sucesso da economia social, os atuais Corpos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor assumem o compromisso de que tudo farão no sentido de encontrar receitas diversificadas, tendo em vista a sustentabilidade desta emérita Instituição.

Consciente dos deveres da responsabilidade e solidariedade perante a sociedade, demos o nosso contributo para promover a inclusão, a estabilidade social, o desenvolvimento socioeconómico e a melhoria do bem-estar da população do concelho de Vila Flor. Reforço que o conseguimos fazer, mantendo o esforço de uma equipa coesa e solidária, mas também na afirmação de uma Instituição que sempre nos soube apoiar e incentivar, desde os nossos colaboradores/funcionários até aos Irmãos e Irmãs, na procura do verdadeiro serviço a prestar ao cliente/utente e comunidade.

Por último, deixo umas breves palavras do Cardeal Tolentino Mendonça que refere que para este ano de 2021 *“talvez investamos em encontrar equilíbrios mais satisfatórios: entre o lucro e o dom, entre o crescimento e a sustentabilidade, entre o individual e o comunitário, entre o direito a usar e o dever de reutilizar, entre o furor da tecnologia digital e a natureza artesanal da nossa humanidade e do que a ela mais profundamente diz respeito. Talvez aprendamos a interagir de modo mais inteligente com a complexidade do mundo, mas prossigamos também mais disponíveis a nos maravilharmos com a sua desarmante simplicidade.”*



Após as palavras do nosso Cardeal Tolentino, deixo também uma estrofe de Berolt Brecht, dedicada aos nossos colaboradores, funcionários e Irmandade:

*“Há homens que lutam um dia, e são bons;
há outros que lutam um ano, e são melhores;
há os que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém há os que lutam toda a vida,
Esses são os imprescindíveis.”*

O Provedor

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Quintino Augusto Pimentel Gonçalves'.

(Quintino Augusto Pimentel Gonçalves)



// Valores e Princípios Orientadores

A Misericórdia de Vila Flor tem como missão primordial satisfazer as catorze obras de Misericórdia, garantindo a prestação de um serviço de qualidade nas mais variadas valências onde atua, assim como a maior dedicação e zelo profissional de todos os seus colaboradores.

Rege-se por valores como a solidariedade, valores cristãos, humanização, profissionalismo, rigor, igualdade, justiça, responsabilidade social, confiança, honestidade, dignidade, individualidade e preservação ambiental.

// MISSÃO

Ser o instrumento promotor dos valores e atividades das Misericórdias, promovendo a organização de serviços de interesse comum e fomentando os princípios que determinam o espírito solidário da sua ação, estimulando a fraternidade e ajuda ao próximo.

// Visão

Ser uma instituição de referência, destacando-se pela qualidade e satisfação nos serviços que presta em prol da cooperação com a sociedade.

// Resiliência

O tecido social e colaborativo da Misericórdia de Vila Flor pauta por um espírito de luta e resiliência perante as adversidades do panorama nacional e internacional.



// Relatório de Atividades

Irmãos(as):

No sentido de reforçar os valores morais e sociais, melhorar a qualidade de vida e de acesso a bens e serviços, estimulando para uma cidadania inclusiva, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, em parceria com as diversas entidades locais desenvolveu atividades diversas.

Iniciamos o ano de 2020, com a mesma dinâmica de outros anos, mas a partir do fim do primeiro trimestre a pandemia veio alterar todo o paradigma de intervenção em todas as nossas Respostas reduzindo a configuração e quantidade do número de atividades desenvolvidas. Contudo, com o dinamismo de todos conseguimos reestruturar rapidamente todos os serviços, de forma a dar seguimento à obra social que temos estado a expandir mesmo com todas as condicionantes impostas pela pandemia.

// Principais Atividades Realizadas:

| Janeiro

- Comemorações dos Reis – As Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz levaram aos Utentes das Respostas Sociais da Misericórdia de Vila Flor o Cantar dos Reis.



| Fevereiro

- Fevereiro – Mês dos Afetos – ERPI'S e Jardim de Infância.
- Desfile de Carnaval das Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz.





| Março

- Comemorações do Dia do Pai – Atividades realizadas nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica e todos as responsáveis das ERPI'S, a fim de avaliar o funcionamento no 1.º Trimestre.
- Comemoração da chegada da Primavera e do Dia da Arvore – Atividades realizadas nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Lançamento da Edição N.º 18 da Revista NÓS.
- Implementação do projeto “Vamos reforçar laços” que disponibilizou a todos os utentes e familiares um serviço de comunicação virtual com o intuito primordial de colmatar o afastamento dos idosos das suas famílias devido à pandemia da Covid-19.



| Abril

- Realização das Solenidades da Semana Santa.
- A Misericórdia de Vila Flor disponibilizou à população mais idosa do concelho de Vila Flor um serviço solidário que teve como objetivo primordial possibilitar o acesso a bens de primeira necessidade às pessoas idosas (não utentes e utentes da Misericórdia), assim como a pessoas com mobilidade condicionada, de todas as freguesias do concelho de Vila Flor. Este auxílio resultou do estado de emergência a que toda a população do nosso país esteve sujeita, para efeitos de abrandamento do contágio da doença Covid-19. Assim, e partindo das dificuldades económicas e também de mobilidade, a Misericórdia procurou implementar soluções céleres de forma a que todos os bens de primeira necessidade chegassem às mãos dos estratos populacionais identificados. Para além de bens alimentares, a Misericórdia de Vila Flor disponibilizou também a entrega de medicamentos ao domicílio de forma a manter a atividade da





Farmácia da instituição e contribuindo para a manutenção dos respetivos níveis de saúde de toda a população do concelho. Esta foi a forma da Misericórdia de Vila Flor de aumentar o seu raio de Ação e contribuir de forma direta e informal junto de quem mais necessita.

- O Jardim de Infância Flor de Liz, implementou, durante o período em que esteve encerrado devido à pandemia a utilização do Campus by Fundação Altice



sendo desta forma possível a todas as crianças com o auxílio dos Encarregados de Educação a participação em atividades através desta plataforma virtual.

| Maio

- Comemorações do dia da Mãe Atividades realizadas nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Realização das cerimónias de encerramento do Mês de Maria.
- Distribuição de Kits de proteção individual a todos os funcionários da Misericórdia de Vila Flor durante a 1.ª Vaga da pandemia Covid-19



| Junho

- Comemoração do Dia Mundial da Criança no Jardim de Infância Flor de Liz.
- Comemoração dos Santos Populares nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica, responsáveis das ERPI'S e equipa de enfermagem, a fim de avaliar o funcionamento no 2.º Trimestre, tendo em conta a pandemia que atravessamos.
- Realização da Assembleia Geral da Irmandade – Relatório e Contas da Gerência 2019 no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.



| Julho

- Acção de Sensibilização – Covid-19 realizada pelos Utentes das ERPIS.



| Agosto

- Passeios Higiênicos com os Utentes das diversas Respostas Sociais.



| Setembro

- Abertura do ano letivo 2019/2020 no Jardim de Infância Flor de Liz.

| Outubro

- Comemoração do Dia Internacional do Idoso e Dia Mundial da 3.ª Idade.
- Comemoração do Outono.
- Comemoração do Halloween - Jardim de Infância Flor de Liz e ERPIS.
- Misericórdia de Vila Flor assinala "Outubro Rosa".





| Novembro

- _ Magusto – Jardim de Infância e ERPI’S.
- _ Realização da Assembleia Geral da Irmandade – Plano de Atividades e Orçamento, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- _ Comemoração do Dia Nacional do Pijama – Jardim de Infância de Liz.



| Dezembro

- _ A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor ofereceu um cabaz da Natal com vários produtos do concelho e da região como forma de reconhecimento do esforço e dedicação de todos os colaboradores e funcionários da instituição.
- _ Ceias de Natal das ERPI’S e Unidade de Cuidados Continuados.
- _ Distribuição cabazes de Natal no dia de consoada aos Utentes do Apoio Domiciliário.
- _ Concertos de Natal nas diversas Respostas Sociais.
- _ Realização do Presépio da Santa Casa nos Jardins da UCCI.



// Intervenção Social

A – Idosos

A1 – Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas – ERPIS



As Estruturas Residenciais para idosos visam o alojamento permanente para pessoas com autonomia ou em situação de perda de independência/autonomia, beneficiando da intervenção de equipas técnicas multidisciplinares, com profissionais experientes, que proporcionam um apoio biopsicossocial e cuidados de saúde.

No contexto vivido no ano de 2020 devido à Covid 19, as 6 Estruturas Residenciais para Idosos da Santa Casa tiveram que se adaptar a uma nova realidade. Nesse sentido foram elaborados e implementados Planos de Contingência, com o objetivo de salvaguardar a vida das pessoas,



minimizando o risco de contágio e limitando a sua propagação no interior das instalações.

Das várias medidas e procedimentos adotados salientamos a alteração dos horários dos trabalhadores que passaram a trabalhar em espelho e a utilização de equipamentos de proteção individual no desenvolvimento das suas funções.

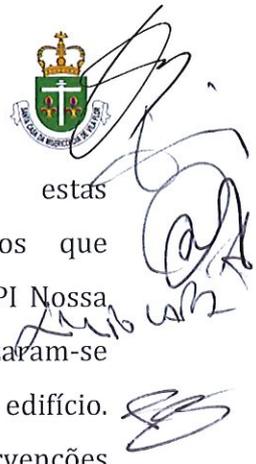
Foram realizadas ações de informação, esclarecimento e sensibilização informais aos trabalhadores, por forma a garantir a correta utilização dos



equipamentos, conhecer as fontes de transmissão e as medidas preventivas de disseminação da infeção, entre outras.

No que diz respeito aos Utentes, foram suspensas todas as saídas ao exterior por motivos de lazer, as visitas passaram a ser agendadas, a respeitar o distanciamento de segurança e sempre com a utilização de equipamentos de proteção individual. Privilegiou-se com a ajuda do departamento de animação a utilização dos meios digitais para comunicar com a família e amigos através de videochamadas via *WhatsApp* e *Skype*.

O combate à pandemia foi um desafio no que à organização dos espaços diz respeito. Nesse sentido, foram criadas zonas de isolamento, reorganizaram-se refeitórios, quartos, salas e zonas comuns com separação física e distanciamento entre Utentes, entre outros aspetos.



Mesmo com todas estas condicionantes e obstáculos que tivemos de enfrentar, na ERPI Nossa Senhora da Lapa realizaram-se pinturas exteriores de todo o edifício. Vamos continuar com intervenções no interior, logo que possível, no que

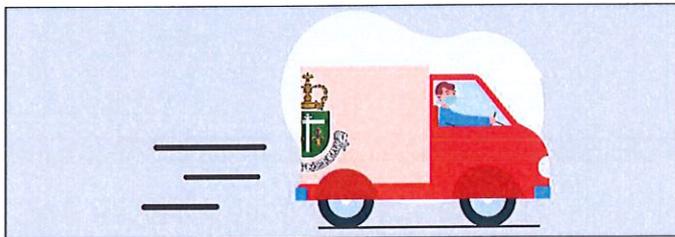
diz respeito a pinturas, remodelação de equipamentos, mudança de caixilharias e alumínios e colocação de elevador para o piso 1.

Na ERPI Santa Maria Madalena em Freixiel realizaram-se pinturas em todo o exterior do edifício, trabalhos no piso inferior com o objetivo de ampliação do número de quartos e colocação de um elevador.

A intervenções nestas duas ERPIS são no âmbito da candidatura NORTE 2020.

Na ERPI de Santa Barbara em Seixo de Manhoses foi criada 1 unidade de apoio de retaguarda temporária com 20 camas, para apoio a utentes em caso de surto de Covid 19.

A2 – Serviço de Apoio Domiciliário – SAD

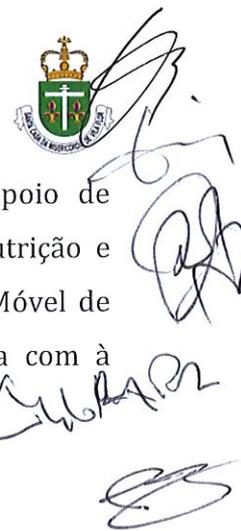


O serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social que garante a satisfação das necessidades biopsicossociais e o bem-estar dos utentes, respeitando a sua permanência no

domicílio, de forma a retardar a sua institucionalização. O SAD é procurado devido a situações clínicas e ao aumento do grau de dependência. O SAD DA Misericórdia de Vila Flor continua a querer distinguir-se pela inovação no que respeita aos serviços que presta. Para além dos 4



serviços básicos (cuidados de higiene e conforto pessoal, higiene habitacional, tratamento de roupas e confeção, transporte e distribuição de refeições), pretendemos no futuro implementar novos serviços que visam enriquecer ainda mais esta resposta, nomeadamente: Serviço de Animação/socialização (animação, lazer, aquisição de bens e de géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade...); acompanhamento ao exterior para consultas médicas;



pequenas reparações no domicílio; com o apoio da Unidade Móvel de saúde apoio de enfermagem (medicação, pensos e aconselhamento de saúde), apoio ao nível de nutrição e psicologia com técnicos adequados; tratamento de beleza com o apoio da Unidade Móvel de Beleza (cabelo, unhas, barba); entrega de medicamentos ao domicílio em parceria com a Farmácia da Misericórdia.

A3 – Unidade de Cuidados Continuados Integrados – UCCI



A Rede Nacional de Cuidados Continuados, constitui um modelo organizacional criado pelos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde, prestam cuidados continuados de saúde e de apoio social. Estas novas respostas promovem a continuidade de cuidados de forma integrada a pessoas em situação de dependência e com perda de autonomia. A finalidade destas unidades é criar um sistema integrado de serviço de saúde e de apoio social que capacitem os seus utentes no sentido da

promoção da autonomia, através da implementação de um modelo de cuidados que pretende reabilitar e informar os utentes e implica o trabalho integrado e pró-activo de equipas de saúde e de apoio social com o envolvimento dos utentes e familiares/cuidadores informais, respeitando as suas necessidades e preferências.

Os cuidados continuados fundamentam-se numa gestão de caso onde são identificados os problemas mais complexos dos utentes com o objetivo de proporcionar os cuidados adequados a cada situação.

Dela fazem parte um conjunto de equipas prestadoras de cuidados, envolvendo vários profissionais (médicos, enfermeiros, assistentes sociais, terapeutas, psicólogos, pessoal auxiliar) o que exige uma maior atenção na sua sustentabilidade, tendo em conta o seu bom funcionamento.

Durante ano de 2020 manteve o seu funcionamento, e à semelhança das ERPIS a UCCI teve de se adaptar a uma nova realidade devido à pandemia da Covid 19. Foi elaborado e implementado um plano de contingência, por forma a garantir o bom/seguro funcionamento da resposta tendo em conta o período que atravessamos.

As condições e procedimentos para a admissão de utentes na UCCI são da responsabilidade da ECL – Equipa de Coordenação Local, que analisa as prioridades comunicando posteriormente à Unidade qual o Utente a admitir para ocupação de vaga existente.



B – Crianças

B1 – Jardim de Infância Flor de Liz



O jardim de Infância Flor de Liz à semelhança de outras respostas sociais teve de se adaptar à nova realidade, a de conviver com o vírus SARS-cov-2. Nesse sentido foi elaborado e implementado um plano de contingência, de forma a assegurar a prestação de cuidados às crianças com a máxima segurança.

No decorrer do mês de Março o Jardim de Infância teve de suspender a sua atividade presencial, dado cumprimento ao Decreto-lei n.º 10-A/2020 de 13 de Março, que estabeleceu medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus – Covid 19. Contudo neste período foram mantidos contactos regulares com as famílias e crianças através da plataforma Campus by Fundação Altice, onde foi possível a todas as crianças, com o auxílio dos respetivos encarregados de educação, participaram em atividades lúdicas de forma individual e coletiva. Com este espaço virtual é possível partilhar conteúdos de forma segura entre educadores, encarregados de educação e crianças. Através desta plataforma foi possível privilegiar sempre a aprendizagem e a componente de diversão. Hoje em dia, as ferramentas digitais apresentam-se cada vez mais como uma alternativa de ensino e simultaneamente permitem criar mecanismos de ensino que ultrapassam o contexto de sala de aula/educativo.

Nesta fase e na sequência das dificuldades apresentadas pelas famílias, foram efetuados descontos nas mensalidades.



No sentido de responder às necessidades das famílias, o Jardim de Infância Flor de Liz manteve o seu funcionamento durante o mês de Agosto. O regresso

das famílias ao trabalho presencial, depois do confinamento geral, e a necessidade de acautelar a guarda das crianças, levou a uma reorganização da Resposta por forma a garantir aquelas necessidades.

Concluiu-se o projeto de recuperação do Jardim de Infância Flor de Liz no âmbito da candidatura do Fundo Rainha Dona Leonor promovido pela Misericórdia de Lisboa e União das Misericórdias Portuguesas.



C – Outras Respostas e Serviços

C1 – Serviços Administrativos e Provedoria



Foi um ano cheio de desafios para dar resposta a todas as solicitações. Continuamos a apostar num serviço mais eficaz tendo em conta um maior controlo na circulação de bens e serviços, apostando numa atualização constante dos programas inerentes a este setor, tendo sempre em conta prestar um

excelente serviço a todos os familiares dos nossos utentes e fornecedores.

C2 – Armazém/Aprovisionamento

Em conformidade com a política da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor (SCMVF) no que respeita aos bens e serviços necessários para garantir o funcionamento da Instituição, no decorrente ano, A SCMVF procurou desenvolver a sua atividade garantindo as melhores condições de mercado e assegurando a estratégia de racionalização de custos, procurando o equilíbrio entre a qualidade e o preço dos produtos adquiridos sem nunca colocar em causa a qualidade das respostas e serviços que presta.

Também a área do aprovisionamento, importa salientar neste relatório, foi colocada à prova nesta fase de pandemia. As necessidades de aquisição de produtos diversos para a segurança de utentes e trabalhadores para a mitigação dos contágios, designadamente equipamentos de proteção individual e de desinfeção, entre outros, num mercado que não estava preparado e por isso escasso de oferta, aliado a uma inflação generalizada de preços, constituíram um grande desafio no sentido de encontrar, por um lado, os produtos necessários e, por outro garantir o melhor preço de mercado.

A SCMVF procurou as melhores e mais rápidas soluções por forma a preservar a segurança de todos os que dependem da instituição. Por último, referir, que apesar de todas as dificuldades sentidas, houve uma enorme onda de solidariedade para com esta Instituição no sentido de mitigar a escassez de EPIS e produtos de desinfeção, tendo algumas empresas e outras Instituições através da doação de equipamentos fundamentais para conseguir ultrapassar a escassez do mercado.



C3 – Padaria da Misericórdia

Desde a sua criação tem tido como objetivo primordial a produção e distribuição de pão para todas as respostas da nossa Entidade.

Tem sido visível a sua atualização e continua a ter muita receptividade por parte da população nos seus produtos (Bolo Rei, Folares, Empadinhas, Bolinhos Económicos...)

Durante o ano 2020 foi alterado o horário de funcionamento, passando de noturno/manhã para a parte da tarde – 13h às 20h.

C4 – Farmácia da Misericórdia



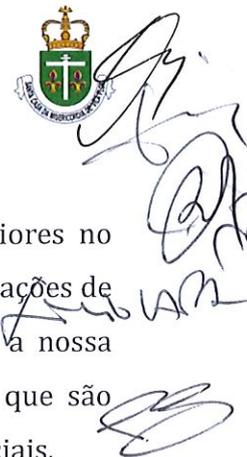
A Farmácia da Misericórdia como elemento fundamental no período que atravessamos, manteve as suas portas abertas cumprindo todas as medidas legais e de saúde impostas pelo estado de emergência devido à pandemia de Covid 19.

Durante o período de maior incidência da pandemia, a Farmácia da Misericórdia em articulação com o SAD, disponibilizou à população mais idosa do concelho de Vila Flor um serviço solidário que teve como objetivo primordial a entrega de medicamentos ao domicílio de forma a manter a atividade da Farmácia da instituição contribuindo para a manutenção dos respetivos níveis de saúde de toda a população do concelho.

Este auxílio resultou do estado de emergência a que toda a população do nosso país esteve sujeita, para efeitos de abrandamento do contágio da doença Covid-19. Assim, e partindo das dificuldades económicas e também de mobilidade, a Farmácia da Misericórdia procurou implementar soluções céleres de forma que bens de primeira necessidade chegassem às mãos de quem precisava de uma forma rápida e segura.

Esta foi a forma da Farmácia da Misericórdia aumentar o seu raio de Ação e contribuir de forma direta e informal junto de quem mais necessita.

Durante o ano, foi ainda feito um *facelift* no *lettering* exterior e interior da farmácia e colocado um novo quadro indicador luminoso de farmácia.



C5 – Quinta de Santo António



Continuamos a política desenvolvida em anos anteriores no que diz respeito a operações necessárias a novas plantações de vinha e olival. Este é um setor imprescindível para a nossa Instituição, servindo de base a cultivo de produtos que são consumidos na sua totalidade nas nossas respostas sociais.

Além de gastos inerentes ao seu bom funcionamento adquirimos e adaptamos novas alfaías agrícolas, para realizar novas produções.

C6 – Outro Património

A conservação do património sempre exigiu por parte da Mesa Administrativa uma elevada atenção. A nossa equipa responsável pelas obras realiza de uma maneira continua intervenções ou manutenção de todos os imóveis.

C7 – Departamento de Comunicação



Durante o ano de 2020 a Misericórdia de Vila Flor lançou a edição 19 da Revista NÓS. Neste espaço de informação a Santa Casa partilha com a Irmandade, utentes e suas famílias e com a comunidade em geral, as atividades que se desenvolvem ao longo do ano. Nesta Edição foi dado destaque à vivência da Instituição durante a pandemia com depoimentos de utentes, funcionários e familiares. Este ano devido às condicionantes da pandemia só se realizou uma edição ao contrário das duas habituais.



O Site e a página de Facebook da Misericórdia de Vila Flor constituem-se como dois importantes instrumentos de comunicação, com a Irmandade e com a comunidade. Este ano constituíram um recurso extrema importância para comunicar durante a pandemia. Foi através destes meios que

foi possível manter os familiares e amigos informados, acompanhar à distância as crianças do Jardim de Infância durante o confinamento e contribuir para disseminar informações relevantes no que respeita a pandemia por Covid 19.



Estes dois meios de comunicação continuaram a permitir uma comunicação regular das atividades desenvolvidas, bem como dos momentos relevantes do dia a dia da Instituição.



De forma complementar, e com uma expressão cada vez mais significativa, a comunicação social regional nomeadamente o Mensageiro de Bragança e algumas plataformas online, também têm dado eco das iniciativas da Misericórdia.



Em parceria com o Jardim de Infância Flor de Liz o departamento de comunicação conseguiu de forma positiva durante o período em que o Jardim de Infância esteve encerrado devido à pandemia a utilização do Campus by Fundação Altice sendo desta forma possível a todas as crianças com o auxílio dos Encarregados de Educação a participação em atividades através desta plataforma virtual.

Continuamos a apostar nas Newsletter periódicas com o objetivo de divulgar mais e melhor, através de uma mailing-list, todas as atividades da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.

Ao longo do último ano, o Departamento de Animação/Comunicação foi fulcral para a manutenção de um elo de ligação entre os utentes da instituição, respetivos familiares e comunidade em geral. Para o efeito, o Departamento de Comunicação com engenho, espírito de inovação e astúcia das equipas técnicas conseguiram ultrapassar as barreiras criadas pela Covid-19, implementando em todas as respostas um serviço de contacto entre familiares e utentes, através do Skype e WhatsApp.

O processo de melhoria da imagem da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor é contínuo. Uma das formas de o fazer é relevar a público interno e externo todas as atividades que se efetuam na Instituição, apostando numa comunicação fácil e prática.



D – Projetos e Candidaturas

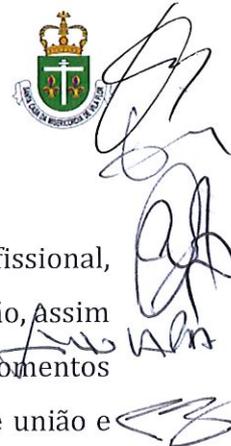
Ao longo do último quadriénio, Misericórdia de Vila Flor tem prosseguido com modelo de *governance* de obtenção de fundos através de várias plataformas públicas, privadas e sociais de forma a apresentar soluções estratégicas e inovadoras que criem uma nova forma de atuação por parte da Misericórdia de Vila Flor, desde a Infância à Terceira Idade. O ano de 2020 não foi exceção e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor prosseguiu com a estratégia de operacionalizar projetos e candidaturas a várias plataformas de financiamento, tais como: Portugal 2020 e Norte 2020, Portugal Inovação Social, BPI Seniores, Fundação EDP, Fundo Rainha D. Leonor, FAMI, Fundação PT.

Considerando que estamos em fase final do atual quadro comunitário é imperativo que a Misericórdia procure definir uma estratégia tendo em linha o quadro 2021-2027 (integrado na estratégia 2030 do Governo Português) de forma a antecipar soluções sociais que sejam cofinanciadas à médio prazo.

Perante a esta situação a Misericórdia irá apresentar um plano plurianual de investimentos de estratégia a médio prazo para assim preparar o novo quadro comunitário e as exigências a nível legal, religioso, económico e social.

Atualmente a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor tem os seguintes projetos em carteira:

- + COESO SOCIAL – DESTAQUE – **Aprovado a aguardar termo de aceitação**
- Programa Adaptar + Social – **Aprovado e em execução**
- Segundo Aviso – Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade – **Aprovado e em execução**
- Programa de Apoio Complementar ao PO APMC – **Aprovado e em execução**
- Equipamentos Sociais – Reabilitação Maria Madalena – Norte 2020 – **Aprovado e em execução**
- Equipamentos Sociais – Reabilitação Nossa Senhora da Lapa – Norte 2020 – **Aprovado e em execução**
- Equipamentos Sociais – Equipamento Jardim de Infância – **Aprovado e em execução**
- Segundo Aviso – Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade – **Aprovado e Executado a 100%;**
- Farmácia Móvel – Viatura Elétrica – *a aguardar candidatura;*
- Fundo Dona Leonor – Obras Jardim de Infância – **Aprovado e executado a 100%;**
- Beleza Para Idosos – Projeto Itinerante – **Aprovado pela Fundação PT**



// Relatório de Gestão e Contas | 2020 – Conclusão

O ano de 2020, começou com elevadas alterações no nosso quotidiano pessoal e profissional, fomos obrigados por imperativo de saúde comunitária a adotar estratégias de prevenção, assim como de combate perante um inimigo invisível. Na nossa comunidade tivemos momentos menos positivos, mas que serviram para demonstrar o nosso espírito de resiliência, de união e de espírito de trabalho, alicerçado num elevado altruísmo. Durante o ano de 2020, mas também no primeiro trimestre deste ano de 2021, as nossas vidas foram colocadas à prova diariamente. Foi preocupação fundamental da Mesa Administrativa desenvolver todos os esforços no sentido de equilibrar a situação financeira da entidade, melhorando o seu desempenho e procurando uma eficiente prestação dos colaboradores da SCMVF, aliado a uma política de racionalização de gastos e potencialização dos rendimentos.

Considerando também que uma adequada estrutura organizacional proporciona uma segurança razoável acerca da execução dos objetivos, da eficácia e eficiência das operações, da fiabilidade do relato financeiro bem como do cumprimento de leis, regulamentos aplicáveis, foram melhorando os procedimentos do sistema de controle interno da SCMVF.

Como reflexo de uma gestão equilibrada, a nossa Entidade obteve um resultado líquido de Exercício positivo de 48.865,62€.

Assim, a Mesa Administrativa solicita à Assembleia Geral a aprovação deste relatório da Gestão, e agradece a todas as Entidades e colaboradores, nomeadamente à Segurança Social; A.R.S. – Norte; Sub-Região de Saúde de Bragança; Centro de Emprego de Mirandela; Autarquia Local; Paróquia; Serviços de Saúde Locais; Bombeiros; Escuteiros; funcionários; voluntários e à nossa União das Misericórdias.

Queremos deixar aqui um voto de pesar pelos nossos Irmãos já falecidos, e um agradecimento aos Órgãos Sociais da Irmandade, aos Irmãos em geral e a quantos colaboraram na resolução de todos os problemas no ano de 2020.

Que a Senhora das Misericórdias nos proteja e ajude.



| Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2020, após o encerramento do período e até a elaboração do presente anexo não se registaram outros fatores suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Propõem-se se que o resultado líquido do período, seja transferido para a conta (Resultados Transitados)

Vila Flor, 15 de Março de 2021

A MESA ADMINISTRATIVA

Quintino Augusto Pimentel Gonçalves

Victor Manuel Cortinhas Sil

Rogério de Jesus Sanches Fernandes

António Júlio Martins Lapa

Pedro José Sampaio de Barros

C. F. F. V. L.



[Handwritten signatures and initials]

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, pessoa coletiva nº 500 746 958, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, apontando-se a sua fundação para o segundo quartel do Séc. XVI tendo em conta um documento datado de 17 de Setembro de 1671. Tem a sede no Largo do Rossio, nº 11 em Vila Flor.

O registo definitivo dos Estatutos foi lavrado pela inscrição nº 08/85, a folhas 192 verso e 193, do livro nº1 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efetuado em 08 de Abril de 1985, nos termos do nº 2, do artigo 13º, do Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria nº 778/83, de 23 de Julho.

Tem como principal vivacidade o apoio à terceira idade/infância, a fim de assegurar/auxiliar aos seus cerca de 500 utentes através das seguintes Respostas Sociais:

- Lar de Idosos;
- Infantário;
- Creche;
- A.T.L.;
- Centros de Dia;
- Apoio Domiciliário;
- Unidade de Apoio Integrado;
- Cantinas Sociais;
- Unidade de Cuidados Continuados.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.



2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e às entidades do sector não lucrativo.

2.2 - No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições à normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ENSL).

2.3 - A Instituição adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro pela primeira vez em 2012.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ENSL.

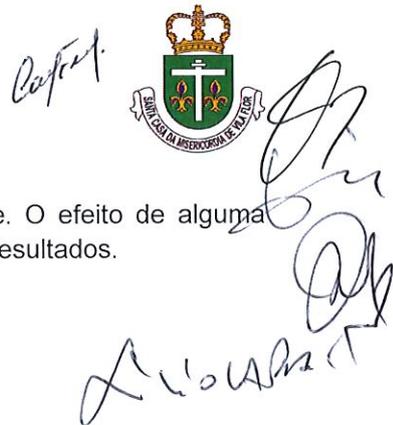
3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 40



As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo de Capital. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.4 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de aquisição, taxas associadas aos inventários e as despesas de transporte ou envio dos mesmos. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de ajustamentos em inventários".

3.5 Ativos e passivos financeiros

a) Clientes, Utentes e outras dívidas de terceiros

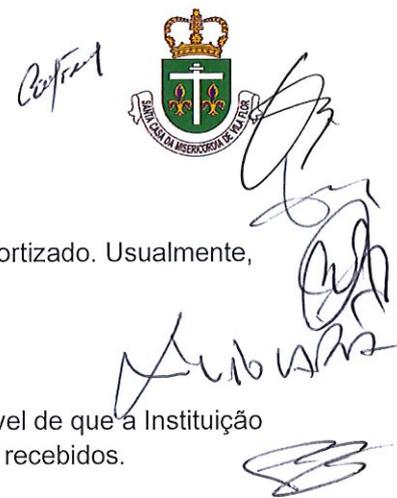
Os saldos de clientes, utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros



Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

3.6 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Fundo de Capital, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

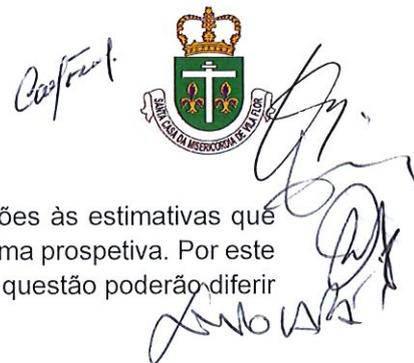
O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das



demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas relacionam-se com a estimativa das vidas úteis de ativos fixos, com a responsabilidade associada a férias e subsídios de férias a pagar em 2020 relativos a 2019 e análise de imparidade de ativos e respetivos ajustamentos.

3.9 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.10 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício, e não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

Alteração voluntária de políticas contabilísticas

Não houve ajustamentos nas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

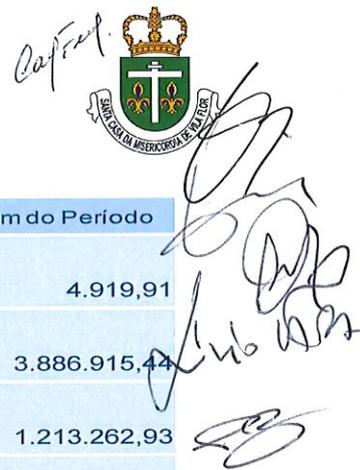


Durante o exercício findo em 2020 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Início do Período	Aquisições	Alienações	Transf e Abates	Fim do Período
Terrenos e Recursos Naturais	82.435,18	0,00	0,00	0,00	82.435,18
Edifícios e outras Construções	8.893.015,27	0,00	0,00	0,00	8.893.015,27
Equipamento Básico	1.245.626,08	20.641,21	0,00	0,00	1.266.267,29
Equipamento de Transporte	667.687,89	1.400,00	0,00	0,00	669.087,89
Ferramentas e Utensílios	29.221,62	0,00	0,00	0,00	29.221,62
Equipamento Administrativo	1.073.154,99	0,00	0,00	0,00	1.073.154,99
Outros Activos Fixos Tangíveis	100.119,01	0,00	0,00	0,00	100.119,01
Imobilizações em Curso	583.722,95	218.111,08	0,00	0,00	801.834,03
Propriedades de Investimento	543.884,61	0,00	0,00	0,00	543.884,61
Totais	13.218.867,60	240.152,29	0,00	0,00	13.459.019,89

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento.



Valor b escriturado	Início do Período	Amortização do Período	Outras Alterações	Fim do Período
Terrenos e Recursos Naturais	3.744,96	1.174,95	0,00	4.919,91
Edifícios e outras Construções	3.754.841,88	132.073,56		3.886.915,44
Equipamento Básico	1.187.313,77	25.949,16	0,00	1.213.262,93
Equipamento de Transporte	654.901,70	21.680,07	0,00	676.581,77
Ferramentas e Utensílios	28.466,92	250,00	0,00	28.716,92
Equipamento Administrativo	1.026.552,38	17.502,18	0,00	1.044.054,56
Equipamentos Biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	37.774,00	352,75	0,00	38.126,75
Totais	6.693.595,61	198.982,67	0,00	6.892.578,28

Não existem restrições de titularidade, nem ativos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.

6 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2020			2019		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	95.589,60		99.774,96	99.774,96		93.425,87
MP, subsidiárias e de consumo	67.706,18		60.826,31	60.826,31		63.166,36
	163.295,78	-	163.295,78	160.601,27	-	160.601,27



7 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros são as apresentadas a seguir:

ACTIVOS FINANCEIROS	2020			2019		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades						
Caixa	2.169,36	0,00	2.169,36	3.739,16	0,00	3.739,16
Depósitos À Ordem	375.916,66	0,00	375.916,66	299.809,06	0,00	299.809,06
Outos Dep Bancários	1.950.000,00	0,00	1.950.000,00	2.050.000,00	0,00	2.050.000,00
	2.328.086,02	0,00	2.328.086,02	2.353.548,22	0,00	2.353.548,22
Activos Financeiros ao custo amortizado						
Cientes e Utentes	202.880,26	0,00	202.880,26	160.265,96	0,00	160.265,96
Outras contas a Receber	283.788,98	0,00	283.788,98	259.984,54	0,00	259.984,54
	486.669,24	0,00	486.669,24	420.250,50	0,00	420.250,50
	2.814.755,26	0,00	2.814.755,26	2.773.798,72	0,00	2.773.798,72

A totalidade dos montantes de contas a receber são realizáveis no período de 12 meses, razão pela qual se apresentam no Ativo Corrente.

A Rubrica de "Outras contas a receber" apresenta a seguinte composição:



	Dez-2020	Dez-2019
Assistência Militares da Guarda	57,34	57,34
Serviços na Doença- PSP	805,92	805,92
ADMG-Assistencia à Doença	2.668,44	2.668,44
IASFA-Instituto de Acção Social	271,00	271,00
Administração de Saúde do Estado	25.655,65	25.655,65
Administração Regional de Saúde	39.838,78	36.438,12
Administração Regional Saúde-UCC	73.334,55	78.541,41
Centro Distrital de Bragança-UCC	13.599,49	13.705,43
Fundação Edp	0,00	0,00
Fundo rainha D. Leonor	88.079,87	88.079,87
Diversos (Farmácia)	39.477,94	13.761,36
IEFP - Bolsas de Estágio	0,00	0,00
	283.788,98	259.984,54

8 FUNDOS PATRIMONIAIS

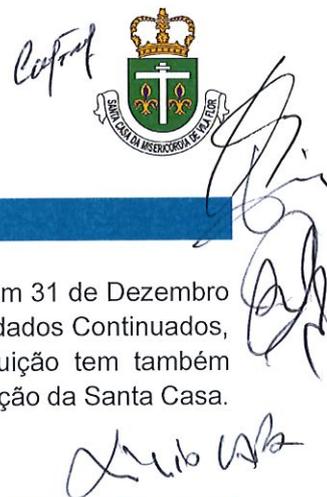
Fundos

A Instituição foi criada em 1927 com um fundo inicial que se mantém sem variação até à data.

Aplicação de resultados

De acordo com a ata da Assembleia Geral, o resultado líquido do ano anterior, no montante de **48.865,62€** foi aplicado na totalidade em Resultados Transitados.

Rubrica	Dez-20	Aumentos	Diminuições	Dez-19
Fundos	430.870	0	0	430.870
Reservas	34.725	0	0	34.725
Resultados Transitados	6.917.671	0	-43.845	6.961.516
Outras Variações Fundos Patrimoniais	1.588.925	28.953	0	1.559.972
Piddac	221.380	0	-14.390	235.770
Centro de Cuidados Continuados	670.461	0	-20.952	691.413
Centro de Saúde de Vila Flor	298.508	0	-9.670	308.178
Fundo Rainha D. Leonor (Jardim Infância)	318.136	176.160	0	141.976
Instituto Emprego e Formação Profissional	14.917	0	-393	15.309
Ifap	41.703	0	-1.813	43.517
Fundação EDP	14.000	0	-7.000	21.000
Fundação PT – Donativo Apoio Viatura	9.820	0	-4.910	14.730
Resultado Líquido Exercício	48.866	92.711		-43.845
Total	10.609.982	297.824	-102.973	10.415.131



9 SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios recebidos do Governo e reconhecidos na rubrica de Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020 referem-se, essencialmente, a apoios concedidos associados à Unidade de Cuidados Continuados, Centro de Saúde e Lar, revestindo a forma de Subsídios ao Investimento. A Instituição tem também reconhecidos Subsídios ao Investimento associados a Equipamento adquirido para utilização da Santa Casa.

10 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2020	2019
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	89.894,57	122.027,20
	89.894,57	122.027,20
Outros passivos financeiros		
Outras Contas a Pagar	405.495,70	350.234,64
	405.495,70	350.234,64
	495.390,27	472.261,84

O montante de credores por acréscimos de gastos diz respeito a:

	2020	2019
Remunerações a liquidar	405.495,70	350.234,64
diversos	0,00	0,00
Totais	405.495,70	350.234,64

O montante de Remunerações a Liquidar evidenciado acima respeita à estimativa de férias e subsídio de férias a processar em 2021, relativa aos direitos adquiridos referentes a 2020.



11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2020 e em 2019 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2020		2019	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	12.967,46	0,00	10.594,58
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	2.186,76	0,00	8.927,71
Contribuições para a segurança Social	0,00	53.554,12	0,00	53.893,64
Outros Impostos	0,00	333,35	0,00	308,79
	0,00	69.041,69	0,00	73.724,72

12 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição é detalhado conforme se segue:

	2020	2019
Venda de bens	1.141.859,75	1.069.646,24
Prestações de serviços	2.406.741,55	2.378.265,61
	3.548.601,30	3.447.911,85

As prestações de serviços referem-se essencialmente a mensalidades recebidas dos utentes.

13 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO



O valor reconhecido na rubrica de Subsídios à Exploração nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 tem o seguinte detalhe:

Relação dos subsídios obtidos	Subsídios À Exploração	Quantias concedidas
	Entidade concedente	Total
1	Centro Regional de Segurança Social	1.424.042,94
2	Câmara Municipal de Vila Flor	17.609,45
3	Instituto do Emprego e Formação Profissional	2.205,00
5	IFAP, I.P.	3.914,42
6	Ifadap	0,00
7	POPH	0,00
9	Outras Entidades	5.185,96
10	Doações	0,00
		1.452.957,77

Os rendimentos aqui registados respeitam, na sua maioria, a transferências recebidas do Instituto de Segurança Social a título de comparticipação nos serviços prestados de acção social.

A rubrica inclui também valores recebidos/a receber relativos a Estágios Profissionais, comparticipados pelo IEFP.



14 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 tem o seguinte detalhe:

	2020	2019
Subcontratos-Exploração de Refeitórios	0,00	0,00
Trabalhos especializados	36.158,94	47.645,87
Publicidade e propaganda	3.341,46	5.568,34
Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Honorários	5.387,40	5.333,77
Conservação e Reparação	81.830,64	71.118,75
Outros	16.175,89	12.149,29
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	0,00
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	8.170,30	7.732,70
Artigos para oferta	4.317,82	8.461,21
Outros	1.636,74	5.263,91
Electricidade	99.678,45	102.464,52
Combustíveis	154.852,83	183.468,23
Água	7.680,05	9.599,90
Outros	0,00	0,00
Deslocações e estadas	4.608,95	1.745,44
Rendas e alugueres	13.190,88	9.235,65
Comunicação	24.244,62	23.133,55
Seguros	17.650,12	17.353,19
Contencioso e notariado	657,04	709,54
Despesas de representação	1.195,62	0,00
Limpeza, higiene e conforto	207,98	1.058,34
Outros serviços	174.690,59	180.918,91
Outros	0,00	0,00
	655.676,32	692.961,11



15 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2020 e em 2019 é detalhada conforme se segue:

	2020	2019
Remunerações do Pessoal	2.227.924,82	2.176.069,33
Encargos sobre remunerações	491.516,20	483.876,37
Seguros de ac. Trabalho	46.480,06	38.720,50
Outros	206.928,87	225.864,12
	2.972.849,95	2.924.530,32

Handwritten signature: F. J. Silva

A rubrica "Outros" inclui o montante de Subsídio de Alimentação pago aos funcionários (valor de 191.739,20 € em 2020).

O n.º médio de funcionários durante o ano de 2020 foi o que se detalha no quadro seguinte:

Descrição	Nº Funcionários (média 2020)
Serviço de Apoio Domiciliário	11
Centro de Dia	9
Lar de Idosos	116
Jardim de Infância	17
Outras Atividades	60

16 DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 2020 e em 2019 é conforme se segue:

Descrição	2020	2019
Activos fixos tangíveis	198.982,67	208.606,45
Activos intangíveis	0,00	0,00
	198.982,67	208.606,45



17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 2020 e em 2019 é conforme se segue:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	14.501,67	61.371,49
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	38.983,58	41.089,60
Subsídios	59.127,46	59.127,46
Doações	6.500,00	3.389,83
Outros	26.072,35	5.048,76
	145.185,06	170.027,14

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios respeita à imputação dos Subsídios ao Investimento ao período, na proporção das amortizações dos bens subsidiados.

18 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2019 e 2020 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2020	2019
Depósitos em instituições de crédito	3.457,22	6.586,03
Totais	3.457,22	6.586,03



19 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

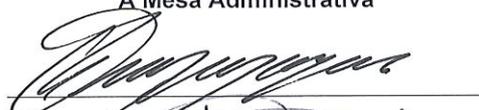
Não existem quaisquer acontecimentos após a data de balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem de divulgações adicionais.

Vila Flor, 08 de Março de 2021.

O Contabilista Certificado

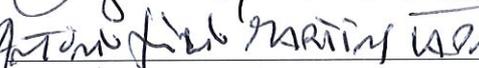


A Mesa Administrativa











Balanco em 31 de Dezembro de 2020

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2020	31 Dez 2019	Variância
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	5.993.335,38	5.952.165,76	0,69%
Bens do património histórico e cultural		5.681,13	5.681,13	0,00%
Propriedades de investimento	5	543.884,61	543.884,61	0,00%
Ativos intangíveis		5.398,50	3.000,00	79,95%
Investimentos financeiros		16.242,14	12.727,70	27,61%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		512,00	72,00	611,11%
		6.565.053,76	6.517.531,20	0,73%
Ativo corrente				
Inventários	6	163.295,78	160.601,27	1,68%
Clientes	7	202.880,26	160.265,96	26,59%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00	0,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber	7	283.788,98	259.984,54	9,16%
Diferimentos		42.195,32	37.105,50	13,72%
Outros ativos financeiros		188,00	188,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários	7	2.328.086,02	2.353.548,22	-1,08%
		3.020.434,36	2.971.693,49	1,64%
Total do Ativo		9.585.488,12	9.489.224,69	1,01%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos	8	430.870,22	430.870,22	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas	8	34.724,83	34.724,83	0,00%
Resultados transitados	8	6.917.670,82	6.961.516,10	-0,63%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.588.924,67	1.559.972,26	1,86%
Resultado líquido do período		48.865,62	-43.845,28	211,45%
Total dos fundos patrimoniais		9.021.056,16	8.943.238,13	0,87%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00%
		0,00	0,00	0,00%

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação
		31 Dez 2020	31 Dez 2019	
Passivo corrente				
Fornecedores	10	89.894,57	122.027,20	-26,33%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	11	69.041,69	73.724,72	-6,35%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Diferimentos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	10	405.495,70	350.234,64	15,78%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
		564.431,96	545.986,56	3,38%
Total do Passivo		564.431,96	545.986,56	3,38%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		9.585.488,12	9.489.224,69	1,01%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

Carla Graça Soares Trindade

A Mesa Administrativa

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
 António Luís Martins Lopes
 Pedro José Sampaio de Barros

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2020

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2020	2019	
Vendas e serviços prestados	12	3.548.601,30	3.447.911,85	2,92%
Subsídios, doações e legados à exploração	13	1.452.957,77	1.386.446,95	4,80%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-1.258.172,68	-1.211.416,67	-3,86%
Fornecimentos e serviços externos	14	-655.676,32	-692.961,11	5,38%
Gastos com o pessoal	15	-2.972.849,95	-2.924.530,32	-1,65%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	17	145.185,06	170.027,14	-14,61%
Outros gastos e perdas		-15.654,11	-17.302,70	9,53%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		244.391,07	158.175,14	54,51%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16	-198.982,67	-208.606,45	4,61%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		45.408,40	-50.431,31	190,04%
Juros e rendimentos similares obtidos	18	3.457,22	6.586,03	-47,51%
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos		48.865,62	-43.845,28	211,45%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		48.865,62	-43.845,28	211,45%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

António José Martins

Adolfo José Simões de Barros

Demonstração dos Resultados por Funções

Valência: Todas || Do Mês: Abertura || Ao Mês: Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2020

UNIDADE MONETÁRIA (1)

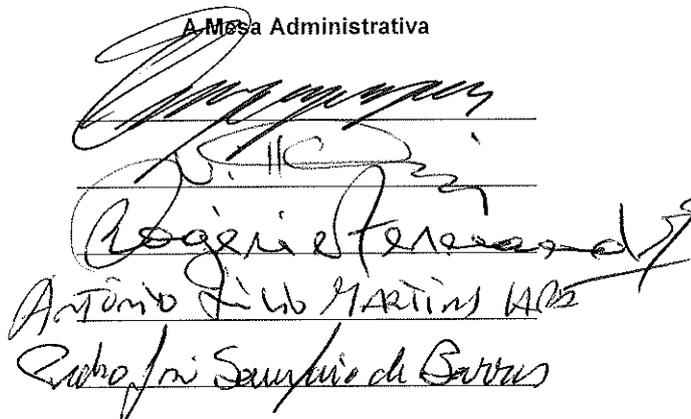
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2020	2019	
Vendas e serviços prestados		3.548.601,30	3.447.911,85	2,92%
Custo das vendas e dos serviços prestados		-4.231.022,63	-4.135.946,99	-2,30%
Resultado bruto		-682.421,33	-688.035,14	0,82%
Outros Rendimentos		1.601.600,05	1.563.060,12	2,47%
Gastos de distribuição		-45,00	-33,00	-36,36%
Gastos administrativos		-854.613,99	-901.534,56	5,20%
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00%
Outros gastos		-15.654,11	-17.302,70	9,53%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		48.865,62	-43.845,28	211,45%
Gastos de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos		48.865,62	-43.845,28	211,45%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		48.865,62	-43.845,28	211,45%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



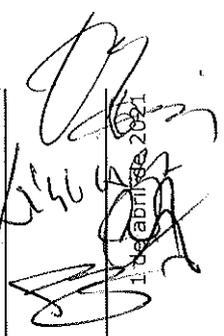
António Filipe MARTINS MRS
Ruben José Sampaio de Barros

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2019

Descrição	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total		
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período						
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019		430.870,22	0,00	34.724,83	7.227.654,33	0,00	1.619.099,72	-266.138,23					9.046.210,87	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	-266.138,23	0,00	-59.127,46	266.138,23	-59.127,46	0,00	0,00	0,00	-59.127,46	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	-266.138,23	0,00	-59.127,46	266.138,23	-59.127,46	0,00	0,00	0,00	-59.127,46	0,00
RESULTADO EXTENSIVO														
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO														
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019		430.870,22	0,00	34.724,83	6.961.516,10	0,00	1.559.972,26	-43.845,28	-59.127,46	0,00	0,00	0,00	-102.972,74	8.943.238,13


 1 de Junho de 2021

Demonstração das Alterações nos fundos Próprios

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2020

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

Descrição	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total		
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período						
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020		430.870,22	0,00	34.724,83	6.951.516,10	0,00	1.559.972,26	-43.845,28					8.943.238,13	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	-43.845,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.845,28	0,00	0,00
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.952,41	28.952,41	0,00	0,00	28.952,41
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO EXTENSIVO														
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO														
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020		430.870,22	0,00	34.724,83	6.917.670,82	0,00	1.588.924,67	48.865,62					9.021.056,16	

[Assinatura]
1 de abril de 2021

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2020

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2020	2019	Variância
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		1.722.861,99	1.704.591,20	1,07%
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-2.248.293,99	-2.411.484,93	6,77%
Pagamentos ao pessoal		-1.995.178,92	-2.003.143,81	0,40%
Caixa gerada pelas operações		-2.520.610,92	-2.710.037,54	6,99%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00	0,00%
Outros recebimentos/pagamentos		2.460.442,84	2.434.089,88	1,08%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-60.168,08	-275.947,66	78,20%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		31.248,66	140.615,93	-77,78%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Subsídios ao investimento		0,00	0,00	0,00%
Juros e rendimentos similares		103.457,22	6.398,03	1.517,02
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		134.705,88	147.013,96	-8,37%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares		0,00	0,00	0,00%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00	0,00%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		74.537,80	-128.933,70	157,81%
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		2020	2019	
Caixa e seus equivalentes no início de período		303.548,22	432.481,92	-29,81%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		378.086,02	303.548,22	24,56%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

Caetano Augusto Gomes Figueiredo

A Mesa Administrativa

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE 2020

Aos vinte e dois dias do mês de Março de 2021, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, para emitir parecer sobre o Relatório e Contas, relativamente ao exercício de 2020.

No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade que consideramos adequada, a atividade da Instituição, verificamos a regularidade da contabilização de toda a documentação de acordo com a Lei e dos Estatutos.

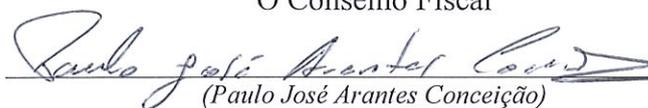
Como consequência do trabalho de revisão efetuado, emitimos o parecer sobre as Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020. As quais apresentam um resultado líquido positivo de 48.865,62€ (quarenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e sessenta e dois cêntimos).

No âmbito das nossas funções verificamos que:

- O balanço e as Demonstrações dos Resultados por Natureza, e os correspondentes anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Instituição e dos seus resultados;
- As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Mesa Administrativa, somos de parecer que:
- Sejam **APROVADAS** o Relatório de Gestão e as Contas referente ao exercício de 2020.

Vila Flor, 22 de Março de 2021

O Conselho Fiscal


(Paulo José Arantes Conceição)


(António Manuel Carvalho Guilheiros)


(Tito Lívio Teixeira Almeida)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 9.585.488 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.021.056 euros, incluindo um resultado líquido de 48.866 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de março de 2021



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR
Largo do Rossio, n.º 11 * 5360-323 Vila Flor * Telefone: 278 518 070 * Fax: 278 518 078
CAE 85313 * NIF: 500 746 958 * URL: www.misericordia Vila Flor .com * E-mail: scm-vila.flor@mail.telepac.pt

ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL

ACTA N.º 130

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR, CELEBRADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2021.-----

Aos vinte e oito dias do mês de Maio de dois mil vinte e um, no Auditório do Lar de Nossa Senhora dos Remédios, reuniu em Assembleia Geral Ordinária, a Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor. -----

Antes do início dos trabalhos, o Senhor Provedor, informou a Assembleia que os membros que constituem a Mesa da Assembleia Geral, estavam impossibilitados de estarem presentes nesta reunião, por este motivo questionou a Assembleia se esta ficaria adiada para uma nova data a marcar, ou com base no artigo vigésimo, número três dos Estatutos. A Assembleia pode designar os respectivos substitutos entre os Irmãos presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião. -----

Posto à consideração dos Irmãos, estes foram unânimes em que se nomeasse para presidir à referida Assembleia, o Irmão Jerónimo Nascimento Barros, e secretariada respetivamente por Joaquim João Gouveia Magalhães e Teresa da Assunção Carvalho Silva Sousa. -----

INESISTÊNCIA DE QUÓRUM (PRESENÇA DA MAIORIA DE IRMÃOS). -----

Foi à hora marcada, ou seja às dezanove horas e trinta minutos, que o Senhor Presidente da Assembleia Geral (em substituição), declarou aberta a reunião, tendo informado de que iria esperar mais meia hora para dar início aos trabalhos, na medida em que não estavam presentes a maioria dos Irmãos e, como tal Estatuariamente e nos termos da convocatória, ter-se-ia de aguardar por mais meia hora para dar início aos trabalhos. -----

INÍCIO DOS TRABALHOS. -----

Decorrido o espaço temporal mencionado e com a presença de vinte e oito Irmãos, foi às vinte horas que o Senhor Presidente da Assembleia Geral (em substituição) declarou aberta a reunião, para análise e debate da ordem de trabalhos, que a seguir se transcreve: -----

PRIMEIRO: APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DA GERÊNCIA DE DOIS MIL E VINTE; -----

SEGUNDO: OUTROS ASSUNTOS JULGADOS DE INTERESSE PELA ASSEMBLEIA. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Geral (em substituição), iniciou os trabalhos com as orações habituais, pelos Irmãos falecidos e cumprimentos a Irmandade. -----

De seguida deu-se início à ordem de trabalhos e tomadas as seguinte deliberações: -----

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DA GERÊNCIA DE DOIS MIL E VINTE – O Senhor Presidente da Assembleia Geral (em substituição), passou a palavra ao Senhor Provedor, para que este desse uma explicação sobre os documentos em discussão e análise. -----

O Senhor Provedor começou por dizer que o ano de dois mil e vinte, foi um ano particularmente difícil, fomos confrontados pela pandemia COVID-19, que assolou não só Portugal, como o mundo inteiro, com impactos que ainda estão por descortinar. -----

Toda a atividade desenvolvida em dois mil e vinte, refletiu em grande escala os efeitos da pandemia, nomeadamente pelos diferentes períodos de confinamento e pelas consequências que isso acarretou nas pessoas, nas famílias e na sociedade em geral, com reflexos na Misericórdia de Vila Flor. -----

Dois mil e vinte foi um ano cheio de desafios, mas também de estímulos, em que a Misericórdia de Vila Flor, teve de reinventar as suas práticas, de forma a minimizar o impacto emocional e social, que a pandemia teve nos nossos colaboradores, utentes e familiares. -----

O surgimento da pandemia causou, desde início, sentimentos de medo, insegurança e ansiedade nos colaboradores e utentes. No sentido de minimizar este impacto foram elaborados Planos de Contingência para cada valência, foi dada toda a informação, acerca da COVID-19, no sentido de utentes e funcionários perceberem do que se tratava e do que fazer para a proteção de todos. -----

De máxima importância e prioridade foi promover a manutenção dos laços familiares, mesmo que de forma diferente. Apesar de terem sido canceladas as visitas aos utentes das ERPI's e da UCCI, logo a partir de nove de Março, assim como saídas para o exterior, promovemos com recurso às novas tecnologias, chamadas telefónicas e videoconferências com os familiares dos utentes. -----

Por fim, nesta questão do COVID-19, realçar o trabalho, dedicação e profissionalismo de todos os colaboradores, que tiveram um papel de máxima importância neste contexto de pandemia, pois, mais do que nunca, foram os principais elementos de conforto e cuidados para os utentes, que se viram privadas da rotina habitual. -----

Apesar de tudo, a Mesa Administrativa, procurou ultrapassar as inúmeras contrariedades causadas pela pandemia, exercendo uma gestão da Instituição planeada e atenta. -----

O senhor Presidente da Assembleia Geral (em substituição), deu novamente a palavra ao Senhor Provedor que, no uso da mesma, desse uma explicação sobre os documentos em discussão e análise. Começou por fazer referência que a Mesa Administrativa fez alguns investimentos, no ano de dois mil e vinte, que não estavam previstos, para dar resposta à pandemia, nomeadamente ao nível dos EPI's, como sejam máscaras, batas, luvas, gel desinfetante e separadores de acrílico, entre outros, onde foram gastos cerca de cinquenta mil euros; ao nível do aumento do salário mínimo nacional, disse que foi feito um esforço muito grande, porque este aumento refletiu-se em todos os funcionários na mesma proporção; disse que tinha havido uma redução nalguns gastos, como por exemplo no gás, gasóleo e energia eléctrica; disse que a Instituição devia pensar em termos de futuro criar uma independência total, no que diz respeito à sua sustentabilidade, que neste momento já é de setenta e cinco por cento, e que a Mesa Administrativa iria lutar para conseguir a diferença dos vinte e cinco por cento. -----

De acordo com os números apresentados, verificamos que houve uma receita de cinco milhões cento e cinquenta mil duzentos e um euros e trinta e cinco cêntimos, e uma despesa de cinco milhões cento e um mil trezentos e trinta e cinco euros e setenta e três cêntimos, o que originou um resultado líquido de quarenta e oito mil oitocentos e sessenta e cinco euros e sessenta e dois cêntimos, positivo, o que foi excelente, devido ao rigor que a Mesa Administrativa teve na gestão da Instituição. -----

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR**

Largo do Rossio, n.º 11 * 5360-323 Vila Flor * Telefone: 278 518 070 * Fax: 278 518 078
CAE 85313 * NIF: 500 746 958 * URL: www.misericordiavilafior.com * E-mail: scm-vila.flor@mail.telepac.pt

ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL

Este resultado será transitado para a conta de resultados transitados. -----
Em relação aos projetos, falou das candidaturas já aprovadas e em execução, e das que já foram concluídas com os respetivos financiamentos. -----

Terminada a intervenção do Senhor Provedor, o Senhor Presidente da Mesa (em substituição), passou a palavra aos Irmãos para qualquer tipo de esclarecimento referente ao relatório de Atividades e Contas, que entendessem necessários. -----

Não havendo qualquer inscrição o Senhor Presidente da Mesa (em substituição), solicitou ao Conselho Fiscal que procedesse à leitura do seu parecer, o qual foi favorável, propondo à Assembleia a aprovação do relatório de Atividades e Contas, relativas ao exercício de dois mil e vinte. -----

Não havendo mais nenhuma intervenção, o Senhor Presidente da Mesa (em substituição) passou à votação do Relatório de Atividades e Contas relativas ao exercício de dois mil e vinte, tendo sido aprovados por unanimidade, com um voto de congratulação da Mesa da Assembleia Geral, pelo trabalho desenvolvido pela Mesa Administrativa durante este ano económico e pelo resultados que conseguiram alcançar. -----

OUTROS ASSUNTOS JULGADOS DE INTERESSE PELA ASSEMBLEIA – Neste ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia Geral (em substituição) questionou se algum Irmão pretendia intervir. Não havendo inscrições por parte dos Irmãos, o Senhor Provedor solicitou a palavra para dar uma explicação da forma em como decorreram as cerimónias do dia trinta e um de Maio. -----

Foram entregues pela Mesa Administrativa duas propostas, uma com um voto de louvor ao Irmão José Joaquim Fernandes Pinto de Figueiredo, outra de reconhecimento a todos os funcionários(as) pelo seu empenho e profissionalismo, solicitou que estas fossem postas à aprovação e votação, pela Assembleia, as quais se passam a transcrever:

*“ Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há os que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém há os que lutam toda a vida,
Esses são os imprescindíveis.*

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, propõe à Assembleia um voto de louvor ao nosso Irmão JOSÉ JOAQUIM FERNANDES PINTO DE FIGUEIREDO, pela sua contribuição altruísta e o seu abnegado sentimento de cumprir de forma desinteressada os mais elevados princípios que norteiam esta Irmandade e que serviu por mais de três décadas.

Vila Flor, 28 de Maio de 2021

A Mesa Administrativa “



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR

Partilhamos o Gosto pela Vida!